

ROMPIMENTO DE BARRAGEM

Justiça autoriza acordo para recuperar o Rio Doce

Samarco vai injetar R\$ 20 bilhões por um prazo de 10 anos em fundação, que vai começar a funcionar a partir de agosto

Daniel Figueredo
Daniela Souza

No dia em que a tragédia do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG) completou seis meses, a Justiça Federal autorizou e homologou o acordo que cria uma fundação para executar 41 ações de recuperação do Rio Doce. Para o funcionamento da fundação, a Samarco vai injetar R\$ 20 bilhões por um prazo de 10 anos. A fundação, que ainda não tem nome, deve começar a funcionar no início de agosto.

Entre as ações previstas para a recuperação do Rio Doce estão o reflorestamento de cinco mil nascentes, sendo 500 já este ano, recuperação das margens do rio, indenização de moradores e trabalhadores afetados pelo desastre ambiental, além de recuperação socioeconômica do Rio Doce.

O diretor de estratégia, gestão e informação da Samarco, Alexandre Souto, afirmou que as ações de recuperação já começaram a ser executadas desde o rompimento da barragem de Fundão.

“Existem 41 programas previstos nesse acordo, vários deles estão em andamento, como os emergenciais, que foram incluídos no acordo. Até o início do funcionamento da fundação, em agosto, já teremos várias ações em andamento.”

O acordo foi assinado em março entre a empresa, a União e os governos dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Os recursos serão exclusivamente da Samarco e, caso a empresa não consiga aportar os recursos, Vale e BHP Billiton, que são acionistas da mineradora,



RIO DOCE em Baixo Guandu, após rompimento da barragem em novembro: ações para reparar danos causados

vão garantir os recursos necessários aos custos de recuperação.

DENÚNCIA

O Ministério Público de Minas Gerais denunciou o ex-presidente da Samarco Ricardo Vescovi e mais 13 funcionários, sob acusação de associação criminosa e de omissão em prevenir desastres ambientais. A mineradora também foi denunciada por dificultar ou impedir atuação de órgão do meio ambiente.

Segundo os promotores, houve uma reunião da cúpula no dia 6 de novembro com o objetivo de pôr obstáculos às investigações. “A cúpula da Samarco se associou para blindar a empresa e ocultar informações que eram essenciais para que pudéssemos concluir quais as causas desses fatos”, afirmou o promotor Marcos Paulo Miranda.

A Samarco informou que não foi notificada sobre a denúncia.

Mineradora garante apoio para municípios capixabas

Os municípios capixabas que tiveram suas economias afetadas por causa do desastre em Mariana vão ser apoiados pela Samarco. Foi o que garantiu o diretor de estratégia, gestão e informação da empresa, Alexandre Souto.

“Apoiaremos os municípios atingidos pelo acidente. Estamos executando planos para a recuperação do turismo em Regência e das atividades econômicas afetadas pelos rejeitos em Linhares, Colatina e Baixo Guandu.”

A pesca na região da foz do Rio Doce está proibida desde fevereiro, por uma decisão judicial, e a região sofreu com a queda do fluxo de turistas por causa da chegada dos rejeitos pela calha do rio.

Ele explicou que os planos ainda estão em desenvolvimento e que

contam com a parceria da Associação de Moradores de Regência. “Fizemos ação emergencial durante o verão, mas agora vamos desenvolver um plano estruturado para a recuperação e melhora do turismo na região de Regência.”

Segundo ele, a empresa vai manter os pagamentos de auxílios a pescadores, agricultores e extratores de areia enquanto a recuperação da calha do Rio Doce não é concluída e as atividades não estiverem liberadas.

“Nas cidades onde atuamos, as pessoas nos respeitam, pois sabem do nosso comprometimento. Infelizmente, entregamos um péssimo cartão de visita aos municípios da Bacia do Rio Doce. Vamos tentar mudar essa imagem com um trabalho sério de recuperação.”

Portal da Ufes reúne estudos após tragédia em barragem

Todas as pesquisas sobre a Bacia do Rio Doce, iniciadas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) depois do rompimento da barragem em Mariana, agora estão concentradas em uma só fonte. Relatórios, análises e outras informações estarão no site redevfesriodoce.ufes.br.

“Vamos disponibilizar para a sociedade nosso banco de dados, as atividades em desenvolvimento, e que vamos desenvolver, em parceria com outros órgãos como a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal de Ouro Preto, além de outros órgãos públicos”, afirmou o reitor da Ufes, Reinaldo Centoducatte.

A página reunirá pesquisas sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do desastre ambiental.

ANTONIO COSME/AT



CENTODUCATTE: pesquisas

Seca faz Espírito Santo declarar estado de emergência

Com 29 municípios em situação crítica de abastecimento de água, o governo do Espírito Santo declarou ontem estado de emergência. O decreto foi assinado pelo governador Paulo Hartung, durante a posse do novo secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Aladim Cerqueira.

De acordo com o secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), Octaciano Neto, a medida deve possibilitar renegociações de dívidas dos produtores rurais do Estado com o governo federal.

No Espírito Santo, existem R\$ 8 bilhões aplicados na carteira de crédito agrícola, sendo que R\$ 1,7 bilhão vence este ano.

“O que resolve a situação a curto prazo é a redução de consumo e as medidas emergenciais, como o uso de caminhões pipa”, afirmou Neto.

Os municípios de São Mateus, Marilândia, Alto Rio Novo, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Governador Lindenberg, Itarana, Itaguaçu, Linhares, Pinheiros, Pedro Canário, São Gabriel da Palha e Vila Pavão já estão sendo abastecidos por caminhões-pipa.

ENTENDA

Reflorestamento de matas ciliares

Acordo

> O ACORDO entre a Samarco, a União e os governos do Espírito Santo e Minas Gerais prevê que a empresa faça a recuperação ao longo da Bacia do Rio Doce. São previstos investimentos de R\$ 20 bilhões em 10 anos.

> DENTRE AS MEDIDAS estão a recuperação de cinco mil nascentes, reflorestamento de matas ciliares, apoio ao turismo, indenização de famílias que foram afetadas por causa da lama de rejeitos, pagamento de auxílio a pescadores e agricultores e

outras medidas.

> O ACORDO prevê que toda a gestão dos recursos e execução da recuperação fique a cargo da Samarco. As autoridades de governo farão parte de um comitê interfederativo, que vai avaliar os planos e autorizar sua execução por parte da fundação.

> APREVISÃO é que a fundação comece a funcionar no dia 2 de agosto. A sede dessa fundação ficará em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Fonte: Samarco e pesquisa AT.



PESCADORES observam lama nas ondas de Regência: recuperação do turismo

REUTERS - 24/11/2015